

Dorothéa e Egberto vão ao Congresso

Depois de uma segunda-feira quase parada, a Câmara dos Deputados retoma suas atividades normais na terça-feira, com a estréia da ex-ministra do Trabalho e atual secretária Nacional de Economia, Dorothéa Werneck, depoendo na Comissão de Ciência e Tecnologia, às 9h30. Ela, junto com o secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, deverão discutir a lei de informática, que já tramita na casa em regime de urgência. Meia hora depois, às 10h, o secretário de desenvolvimento regional, Egberto Baptista, depõe na Comissão de Viação e Transportes da Câmara, sobre a Zona Franca de Manaus.

Na próxima terça, também, às 10h, será instalada a Comissão Mista de Orçamento, que reúne 120 parlamentares (90 deputados e 30 senadores) no Auditório Petronio Portela, no Senado. A comissão, cujo presidente será o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), inicia seus trabalhos já examinando a Lei



Dorothéa e Egberto: atrações da semana no Congresso

de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O relator é o deputado João Alves (PFL-BA). Ainda no mesmo dia, às 15h, a Subcomissão do Serviço Público, da Comissão de Trabalho da Câmara, discute o projeto de Lei 910/91, que trata do reajuste salarial do servidor público.

O debate é uma reunião preparatória para encontro a se realizar na quarta, entre os parlamentares e os secretários Nacional de Economia, Dorothéa Werneck, de Política Econômica, Roberto Macedo e de Administração, Pedro Maranhão.

O governador Joaquim Francisco, de Pernambuco, ainda na terça-feira, fala sobre o narco-

tráfico, às 17h, na comissão parlamentar de inquérito da Câmara que investiga o assunto. Ele vai tratar de denúncia do deputado Agostinho Valente (PT-MG), de que jornalistas de Pernambuco estão sendo ameaçados de morte por noticiarem tráfico de drogas no estado.

No dia seguinte, quarta-feira, o ministro da Saúde, Alceni Guerra, fala na CPI da Fome, às 10h, sobre a política governamental e as consequências da saúde da população infantil. Também à mesma hora, a Comissão de Finanças e Tributação examina a criação de uma nova região de Justiça do Trabalho.